COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.041, DE 2011

Determina a comunicação compulsória ao Ministério Público, por parte dos estabelecimentos de ensino, de ato de matrícula ou transferência de menor de idade cuja paternidade não esteja definida.

Autor: Deputado ALESSANDRO MOLON

Relatora: Deputada CÉLIA ROCHA

I – RELATÓRIO

O nobre autor da Proposição, em epígrafe numerada, pretende tornar obrigatória a comunicação, por parte de instituições de ensino, da existência de alunos que não têm a paternidade devidamente reconhecida, estabelecendo sanções em caso de não comunicação.

Alega em defesa de sua proposta, dentre outros argumentos, que:

“O reconhecimento da paternidade é um direito de toda criança e a inexistência do nome do pai em seus documentos traz diversos problemas aos menores, especialmente o constrangimento perante outras crianças.

Neste sentido, apresento esta propositura de forma a determinar a comunicação compulsória de matrículas e transferências de menores de idade sem paternidade estabelecida ao Ministério Público, de forma que o mesmo possa iniciar processos de Investigação de Paternidade.”

A esta Comissão de Seguridade Social e Família compete analisar o mérito da matéria, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Do ponto de vista da organização familiar, um dos temas de competência desta Comissão de Seguridade Social e Família, a proposta é digna de elogios.

Quantos e quantas crianças e adolescentes são despojadas de, no registro de nascimento, reconhecimento da paternidade?

A inexistência do nome do pai na certidão de nascimento causa incomensuráveis problemas para o desenvolvimento psicossocial da criança, afetando até mesmo o seu aprendizado.

No que concerne à legitimidade para a propositura da ação por parte do Ministério Público, a Proposição é adequada, todavia, no concernente ao local onde deveria ser inserida, cremos que a Lei mais pertinente seria a 8.560, de 29 de dezembro de 1992 – que “Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências”, mas isso é tema para análise na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, não sendo aqui o foro adequado.

Aliás, não se concebe que uma criança seja matriculada num estabelecimento de ensino sem a apresentação de sua certidão de nascimento, daí que, segundo esta Lei 8.560/92, o tabelião já é obrigado a enviar ao juízo competente a ausência do nome do suposto pai no assento de nascimento para que, sendo o caso, o Ministério Público tome as providências pertinentes.

Assim, de um ponto de interpretação mais amplo da Lei 8.560/92, essa proposta não poderia ser aprovada, mas, com relação a existência de milhares de situações semelhantes no País – ausência do nome

do suposto pai no assento e na certidão de nascimento – a proposta merece aprovada.

Por ser conveniente e oportuna, então, a Proposição merece acolhida.

Nosso voto é, deste modo, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.041, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputada CÉLIA ROCHA
Relatora